

*Demonstrações
Financeiras e Anexos
Individuais*

Balanco Individual em 31 de dezembro de 2012

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2012	31-12-2011 Reexpresso
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	863.478.876	930.818.803
Ativos intangíveis	7	190.242	719.679
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	65.967.283	10.055.415
Participações financeiras - outros métodos	10	27.818.515	27.818.515
		957.454.916	969.412.412
Ativo corrente			
Inventários	13	5.025.461	5.539.917
Clientes	14	3.816.795	4.055.704
Adiantamentos a fornecedores	15	133.790	1.296.720
Estado e outros entes públicos	16	9.405.936	6.788.751
Acionistas/sócios	11	1.388.313	1.167.426
Outras contas a receber	17	26.996.316	67.101.340
Diferimentos	18	9.744.659	10.918.143
Ativos financeiros detidos para negociação	19	26	19.392.661
Ativos não correntes detidos para venda	8, 20	34.865.245	31.410.452
Caixa e depósitos bancários	4	10.125.619	35.633.894
		101.502.160	183.305.006
Total do ativo		1.058.957.076	1.152.717.418
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	21	1.995.317.000	1.995.317.000
Reservas legais	24	24.703	24.703
Outras reservas	25	1.306.650	1.306.650
Resultados transitados	26	(5.041.155.378)	(4.752.108.816)
Ajustamentos em activos financeiros	27	(1.677.569)	(1.677.569)
Outras variações no capital próprio	28	273.720.024	286.908.360
Resultado líquido do período		(223.589.401)	(289.046.560)
		(2.996.053.971)	(2.759.276.232)
Total do capital próprio			
PASSIVO			
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	29	96.873.294	66.280.735
Financiamentos obtidos	30	2.162.325.672	2.372.094.913
Outras contas a pagar	31	40.563	40.563
		2.259.239.529	2.438.416.211
Passivo corrente			
Fornecedores	32	64.466.015	62.325.161
Adiantamentos de clientes		544.869	643.830
Estado e outros entes públicos	16	2.477.961	2.740.712
Acionistas/sócios	11		3.100.583
Financiamentos obtidos	30	1.474.737.548	1.150.299.011
Outras contas a pagar	31	112.398.030	96.303.064
Diferimentos	18	5.965.870	7.358.921
Passivos financeiros detidos para negociação	33	135.181.225	150.806.157
		1.795.771.518	1.473.577.439
		4.055.011.047	3.911.993.650
Total do capital próprio e do passivo		1.058.957.076	1.152.717.418

Técnico Oficial de Contas - Dr.ª Ana Coelho

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandr e B. de Sousa Moreira

Vogal - Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Dr.ª Madalena Paixão de Sousa

Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de dezembro de 2012

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2012	31-12-2011
Vendas e serviços prestados	34	236.409.925	238.255.936
Subsídios à exploração	35	35.362.481	36.760.737
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	36	6.414.568	(1.470.019)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	37	(9.284.408)	(11.440.560)
Fornecimentos e serviços externos	38	(165.580.922)	(163.269.005)
Gastos com o pessoal	39	(83.530.337)	(108.072.860)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		(59.749)	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14, 17	38.828.295	(2.653.584)
Provisões (aumentos/reduções)	29	(30.592.559)	(31.736.682)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9, 40	(6.898.508)	(2.258.279)
Outros rendimentos e ganhos	41	34.817.546	35.563.231
Outros gastos e perdas	42	(15.893.793)	(3.879.972)
Resultado antes de Justo valor, depreciações, gastos de financiamento e impostos		39.992.539	(14.201.059)
Aumentos/reduções de justo valor	43	(3.767.729)	(12.608.394)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		36.224.810	(26.809.453)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 7, 44	(73.309.235)	(84.760.995)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	45	(14.576)	(966.644)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(37.099.001)	(112.537.092)
Juros e rendimentos similares obtidos	46	8.766.461	11.891.063
Juros e gastos similares suportados	47	(194.971.066)	(188.063.400)
Resultado antes de impostos		(223.303.606)	(288.709.429)
Imposto sobre o rendimento do período	12, 16	(285.795)	(337.131)
Resultado líquido do período		(223.589.401)	(289.046.560)

Técnico Oficial de Contas - Dr^a Ana Coelho

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Dr^a Cristina Maria dos Santos Pinto DiasVogal - Dr^a Madalena Paixão de Sousa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2012

Demonstração individual dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2012

(Valores em euros)

	PERÍODOS	
	2012	2011
Vendas e serviços prestados	271.209.925	274.255.936
Custo das vendas e dos serviços prestados	(273.040.121)	(281.924.609)
Resultado bruto	(1.830.196)	(7.668.673)
Outros rendimentos	83.177.107	43.008.891
Gastos de distribuição	(20.857.548)	(27.064.170)
Gastos administrativos	(37.807.234)	(58.554.643)
Outros gastos	(59.781.131)	(62.258.497)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(37.099.002)	(112.537.092)
Gastos de financiamento (líquidos)	(186.204.604)	(176.172.337)
Resultados antes de impostos	(223.303.606)	(288.709.429)
Imposto sobre o rendimento do período	(285.795)	(337.131)
Resultado líquido do período	(223.589.401)	(289.046.560)
Resultado das atividades descontinuadas	-	-

Técnico Oficial de Contas - Dr^a Ana Coelho

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Dr^a Cristina Maria dos Santos Pinto DiasVogal - Dr^a Madalena Paixão de Sousa

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2011

(valores em euro)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
Posição no início do período de 2011	1	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(4.550.197.307)	(1.677.569)	-	299.018.972	(201.640.824)	-2457848375
Alterações no período													
Primeira adopção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	(201.911.509)	-	-	(12.110.612)	201.640.824	(12.381.297)
	2	-	-	-	-	-	-	(201.911.509)	-	-	(12.110.612)	201.640.824	-12381297
Resultado líquido do período	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(289.046.560)	(289.046.560)
Resultado integral	4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	-	(201.911.509)	-	-	(12.110.612)	(87.405.736)	-301427857
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período de 2011	= 1+2+3+5	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(4.752.108.816)	(1.677.569)	-	286.908.360	(289.046.560)	(2.759.276.232)

Técnico Oficial de Contas - Drª Ana Coelho

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Drª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Drª Madalena Paixão de Sousa

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2012

(valores em euro)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período
Posição no início do período de 2012	1	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(4.752.108.816)	(1.677.569)	-	286.908.360	(289.046.560)	(2.759.276.232)
Alterações no período													
Primeira adopção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	(289.046.562)	-	(13.188.336)	289.046.560	(13.188.338)	
	2	-	-	-	-	-	-	(289.046.562)	-	(13.188.336)	289.046.560	(13.188.338)	
Resultado líquido do período	3										-223.589.401	(223.589.401)	
Resultado integral	4 = 2 + 3										65.457.159	(236.777.739)	
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuições		-	-	-	0	-	0	-	0	-	0	0	
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Posição no fim do período de 2012	6 = 1+2+3+5	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(5.041.155.378)	(1.677.569)	-	273.720.024	(223.589.401)	(2.996.053.971)

Técnico Oficial de Contas - Drª Ana Coelho

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Drª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Drª Madalena Paixão de Sousa

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2012	(valores em euros)	
RUBRICAS	31-12-2012	31-12-2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	303.289.612	274.204.845
Pagamentos a fornecedores	-191.163.389	-182.513.998
Pagamentos ao pessoal	-82.179.055	-108.890.855
Caixa gerada pelas operações	29.947.168	-17.200.008
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-240.089	6.415
Outros recebimentos/pagamentos	39.270.101	24.835.841
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	68.977.180	7.642.248
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-20.884.425	-14.423.343
Ativos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	-7.740.705	-2.779.325
Outros ativos	0	0
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	22.356	332.748
Ativos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	769.944	240.000
Outros ativos	0	0
Subsídios ao investimento	1.976.726	2.012.452
Juros e rendimentos similares	776.413	374.829
Dividendos	49.311	60.584
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-25.030.380	-14.182.055
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1.065.030.509	808.759.292
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Doações	0	0
Outras operações de financiamento	12.595.025	18.517.306
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-874.425.200	-693.181.473
Juros e gastos similares	-196.718.715	-184.081.965
Dividendos	0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	6.481.619	-49.986.840
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	50.428.419	-56.526.647
Efeito das diferenças de câmbio	-681	-8.700
Caixa e seus equivalentes no início do período	-46.869.917	9.665.429
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.557.821	-46.869.917

Técnico Oficial de Contas - Dr.^a Ana Coelho

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto DiasVogal - Dr.^a Madalena Patção de Sousa

Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)

Identificação

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho.

Estes estatutos foram aprovados na sequência da revisão do regime jurídico do sector empresarial do Estado realizado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto.

Até à publicação do citado Decreto-Lei n.º 137-A/2009, a CP, que detinha a natureza de empresa pública (E.P.) regia-se pelos estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 109/77 de 25 de março.

A CP tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, tendo passado a ser realizado pela sua associada CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., cujo capital social é por si integralmente detido.

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pelo Governo, à Tutela sectorial e financeira, dos Ministérios da Economia e do Emprego e das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

A CP está sujeita a obrigações de serviço público que são objeto de compensação do Estado. A CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas demonstrações financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transações com as empresas do Grupo apresentados na nota 50.

Separação de sectores – Infraestrutura

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infraestrutura REFER encontra-se vertida no Decreto-Lei n.º 104/97 de 29 de abril.

O artigo 6º do citado diploma, prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas ações e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infraestruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 7º serão devidas à REFER taxas de utilização pela utilização da infraestrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infraestrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infraestrutura é utilizada.

Para além da utilização dos serviços essenciais da infraestrutura ferroviária, o Decreto-Lei n.º270/2003 de 28 de outubro, prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende, tudo aquilo que é necessário ao efetivo exercício do direito de acesso à infraestrutura, ou sejam os serviços adicionais e os serviços auxiliares.

De acordo com o diretório da rede 2012, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia elétrica para tração, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, e estacionamento de material circulante. Ainda que a REFER não tenha obrigação de prestar estes serviços se existirem alternativas viáveis e comparáveis no mercado, é política

da REFER prestá-los de forma não discriminatória, sempre que sejam solicitados e desde que haja capacidade disponível para o efeito.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, o fornecimento de informações suplementares, em particular as de natureza comercial e a inspeção técnica do material circulante, realização de estudo de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, limpeza de vagões e carruagens, abastecimentos de água, fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos operadores. De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º270/2003, o gestor da infraestrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

Separação de sectores – Transportes

No seguimento das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, apresentadas pelo XVII Governo Constitucional, em outubro de 2006, e dando cumprimento ao compromisso de liberalização do sector assumido por Portugal junto da União Europeia, foi publicado no Diário da República (I Série, nº112 de 12 de junho de 2009), o Decreto-Lei nº137-A/2009 que aprova o regime jurídico aplicável à CP – Comboios de Portugal, E.P.E., bem como os respetivos Estatutos, e autoriza a autonomização da atividade do transporte de mercadorias, revogando o Decreto-Lei nº109/77 de 25 de março, que aprovou os Estatutos da Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.

● **Separação de sectores – Autonomização da atividade de transporte ferroviário de mercadorias**

A autonomização da atividade do transporte de mercadorias é prevista no Decreto-Lei n.º 137-A/2009 (artigos 9.º e 10.º) através da constituição de uma sociedade anónima cujo capital social inicial é integralmente detido pela CP, E.P.E., e cujo objeto é a atividade de transporte ferroviário de mercadorias, adotando a denominação de CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A. A autonomização daquela área de atividade operava-se por cisão, nos termos do disposto no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de agosto.

Respeitando as orientações constantes do Despacho n.º 9541/2008, de 14 de março, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 65, de 2 de abril de 2008, foi constituída em 31 de julho de 2009 a empresa CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

Regime de concessão

Em 1 de janeiro de 1951 a CP iniciou a exploração do transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 38426 de 9 de maio de 1951.

Este contrato foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-Lei n.º 104/73, de 13 de março, entretanto revogado com a nacionalização da Empresa através do Decreto-Lei n.º 205-B/75, de 16 de abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da Empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecida a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 80/73, de 2 de março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos-de-ferro.

Neste último diploma reconheceu-se, entre outros aspetos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à Empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorria igualmente dos Regulamentos Comunitários n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

O Regulamento Comunitário n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, e o Decreto-Lei n.º 167/2008, posteriormente publicados, veem, estabelecer o regime jurídico aplicável à definição e compensação de obrigações de serviço público de transporte de passageiros, possibilitando a adoção transitória e gradual de medidas para a implementação de contratos de serviço público.

Contrato de serviço público

A celebração de contratos de serviço público, nos quais se definem as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o

Estado e a entidade pública empresarial, bem como as respetivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de agosto.

O Decreto – Lei 137-A/2009 veio consagrar o enquadramento que permite a contratualização dos serviços de transporte público ferroviário prestados pela CP, estabelecendo que o respetivo instrumento contratual deve incluir disposições específicas sobre os serviços relativamente aos quais se justifica a existência de obrigações de serviço público.

Em 24 de março de 2011 a CP celebrou com o Estado o contrato que convencionaram denominar de Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público, tendo por objeto a definição das condições de prestação do serviço público, com prazo de vigência entre o dia 24 de março de 2011 e o dia 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes para o período de 2011 a 2015, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, o referido contrato revelou-se inadequado, sendo a revisão necessária de tal forma profunda, que se afigurou preferível celebrar novo contrato.

Nesse contexto a CP e o Estado acordaram em revogar o contrato que haviam assinado, estando em curso o processo para a celebração do novo contrato.

Com a celebração dos novos contratos o Estado pretende dar cumprimento cabal ao compromisso assumido nos Memorandos de Entendimento firmados pelo Governo Português com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, no sentido de rever o nível de serviço público prestado pelas empresas públicas.

Até à celebração dos novos contratos de serviço público são devidas à CP indemnizações compensatórias, que se destinam a cobrir custos em que a CP efetivamente incorreu por conta do serviço público prestado, e o seu não pagamento causaria uma incapacidade de cobrir esses custos, gerando uma rutura de tesouraria na Empresa.

As indemnizações compensatórias atribuídas à CP, referentes ao ano 2012, constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º53 de maio de 2012, publicada em Diário da República, 1ª série, n.º 118 de 20 de junho de 2012.

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras (nota 2)

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, EPE, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 21 de fevereiro de 2013, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas das

demonstrações financeiras da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2012 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2011.

Derrogações ao SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Valores comparativos

A Empresa procedeu retrospectivamente à correção de apresentação de rubricas das demonstrações financeiras, tal como previsto na NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros”.

Assim, efetuou a reexpressão, para efeitos comparativos, das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2011, com a transferência do

saldo das ações subscritas e não realizadas da Eurofima, no valor de 34.221.784 euros, da rubrica de outras contas a pagar do passivo não corrente do balanço, para a mesma rubrica mas do passivo corrente.

Principais políticas contábilísticas (nota 3)

As principais políticas contábilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. As participações financeiras encontram-se reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial sempre que existe controlo ou influência significativa sobre essas empresas por parte da CP. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contábilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contábilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência

histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota "Juízos de valor", na nota "Principais pressupostos relativos ao futuro" e na nota "Principais fontes de incerteza das estimativas".

Políticas contabilísticas relevantes

● Ativos fixos tangíveis

Reconhecimento e valorização

Os ativos fixos tangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

O custo inclui o preço de compra, incluindo impostos não reembolsáveis e excluindo descontos comerciais e abatimentos, como ainda os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CP. Todas as despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Ativos fixos tangíveis do Estado afeto às operações da CP e subsídios ao investimento

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto nº 261/99 de 24 de março) e que se encontram alocados à exploração operacional da Empresa. Estes ativos são de interesse público e quando não se encontram afetos à atividade operacional da Empresa são restituídos ao Estado. Os ativos disponibilizados pelo Estado Português, sem que se transfira a propriedade do mesmo, são registados nas demonstrações financeiras da CP de forma a permitir uma apreciação da performance económica da Entidade.

Despesas de manutenção e reparação

Material circulante:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento

forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida;

- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluem a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Edifício e instalações fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída.

A manutenção e a reparação destes ativos fixos tangíveis é da responsabilidade da CP durante o período em que estes estão afetos às suas operações. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções - Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções - CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotivas a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 10
Automotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto nº 261/99 de 24 de março) encontram-se a ser depreciados desde 1999 à taxa de 2 %, conforme o Decreto Regulamentar 25 / 2009 de 14 de setembro, em virtude de ainda não ter sido definido o período para o contrato de concessão do Estabelecimento CP.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que a CP irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a CP por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam a CP pela aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando

todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade

A CP considera que, a natureza do seu material circulante e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, inviabiliza o apuramento de um valor de mercado apropriado, pela ausência de um mercado ativo. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CP considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a CP entende que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida

uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

● **Locações**

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos de uma locação operacional são reconhecidos como um gasto numa base linear durante o prazo de locação.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Os ativos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida pela Empresa para os ativos fixos tangíveis.

● **Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A CP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

O custo de aquisição de licenças de *software* é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e colocação do *software* para utilização.

Encontram-se registados ao custo de aquisição, são capitalizados e reconhecidos em 3 anos sempre que sejam satisfeitos os requisitos para o reconhecimento.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

● Investimentos financeiros em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias todas as entidades controladas pela Empresa.

É considerado controlo sobre uma entidade o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma.

Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de compra. Sendo apurados os justos valores dos ativos e passivos e o eventual *goodwill* incluído na quantia escriturada do investimento não sendo amortizado. O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Subsequentemente são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa

Se a parte da Empresa nas perdas da subsidiária exceder o seu interesse na subsidiária, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de uma provisão pela totalidade das responsabilidades da CP nas empresas subsidiárias.

Associadas

A mensuração dos investimentos em associadas nas demonstrações financeiras individuais é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que é usado o método de custo.

As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Se a parte da Empresa nas perdas da associada exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. É considerado ainda interesse na associada, a quantia escriturada de acordo com o método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo, cuja liquidação não esteja planeada nem seja provável que ocorra no futuro previsível, como é o caso dos empréstimos de longo prazo. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

● Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("*trade date*") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação

registados diretamente nos resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas (IMF – Informação de Mercados Financeiros, SA) tendo por base técnicas de valorização utilizadas no mercado.

Contabilidade de cobertura

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pela entidade. Para a qualificação da contabilização da cobertura, a CP deve garantir o cumprimento de todas as seguintes condições:

- Designe e documente a relação de cobertura de tal forma que o risco coberto, o item de cobertura e o item coberto estejam claramente identificados e que o risco do item coberto seja o risco para que esteja a ser efetuada a cobertura com o instrumento de cobertura;
- O risco a cobrir seja um dos riscos estabelecidos nos parágrafos seguintes (cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial ou risco de preço); e

- Espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que estava a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Cobertura de risco de taxa de juro fixa

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de risco de taxa de juro fixa (“cobertura de justo valor”) são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto.

Cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso.

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para cobertura de fluxo de caixa, são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais

próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumuladas registadas por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Embora, os instrumentos financeiros contratados pela Empresa visem a cobertura do risco de taxa de juro, estes instrumentos não cumprem os requisitos da NCFR 27, explicitados acima, para serem classificados como instrumentos financeiros de cobertura, pelo que foram classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação.

Outros ativos/passivos financeiros

A CP apenas reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A CP mensura os seus ativos/passivos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

Mensuração ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade os seguintes instrumentos financeiros:

- Instrumentos financeiros:
 - À vista ou tenha uma maturidade definida;
 - Cujos retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a *Euribor*) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
 - Que não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito), nomeadamente contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos bancários.

- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que:
 - Não possam ser liquidados em base líquida,
 - Quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade; e
 - A entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

- Investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Mensuração ao justo valor através dos resultados

Os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme anteriormente referido, devem ser mensurados ao justo valor.

Os instrumentos financeiros para os quais não seja possível obter com fiabilidade os seus justos valores são mensurados ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade.

Imparidade

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do

exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

● Entidades conjuntamente controladas

Nos empreendimentos conjuntos sob a forma de entidades conjuntamente controladas, a Empresa inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras:

- As contribuições em dinheiro ou em recursos, sob a forma de investimento na entidade conjuntamente controlada;
- A sua parte dos lucros da entidade conjuntamente controlada;
- As perdas resultantes de contribuições ou vendas de ativos à entidade conjuntamente controlada, quando resultantes de uma redução do valor realizável líquido de ativos correntes ou de uma perda por imparidade;
- Os ganhos resultantes de contribuições ou vendas são reconhecidos pela totalidade quando os ativos já foram realizados pela entidade conjuntamente controlada. Se os ativos ainda permanecerem no empreendimento conjunto apenas se reconhece a parcela do ganho atribuível à participação dos outros empreendedores; e,
- A parcela dos lucros do empreendimento conjunto que se refira a venda para o empreendedor deve ser deduzida do resultado do

empreendimento conjunto, esta parcela dos lucros será reconhecida quando o empreendedor revender os ativos a terceiros.

O interesse na entidade conjuntamente controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

● Inventários

As existências de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao ativo.

● Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida dos resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

● Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

● Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre o componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço;

- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

● Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

A CP também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos

são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

● **Transações em moeda estrangeira**

Moeda funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras da CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

Transações e saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

● **Reconhecimento do rédito**

As receitas geradas na CP referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados pela CP são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade da CP são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

O Governo Português através de diploma legal considerou que o transporte ferroviário constitui um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinando a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à Empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios dos agentes económicos privados e de,

gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes. Neste sentido a CP recebe anualmente indenizações compensatórias pela prestação deste serviço público.

● **Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica). As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro. A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar (devedores e credores por empréstimos) e da rubrica de diferimentos.

● **Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

A Empresa, por força do Decreto-Lei n.º 261/91 de 25 julho, estava obrigada, até 31 de dezembro de 1999, a pagar pensões de acidentes de trabalho vitalícias em resultado de acidentes ocorridos até àquela data.

Esta responsabilidade é calculada com base em pressupostos atuariais, uma vez que a CP é obrigada a pagar rendas vitalícias a estes ex-funcionários. Assim, o passivo é reconhecido no balanço, através de uma provisão para indenizações com base no valor presente da obrigação das rendas vitalícias à data do balanço, deduzido do justo valor dos eventuais ativos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e custo de serviços passados. Esta obrigação é calculada anualmente por atuários independentes (BPI Pensões).

● **Juros e rendimentos similares obtidos e juros e gastos similares suportados**

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

● **Imposto sobre lucros**

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime Especial de Tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 12.

● **Ativos e passivos contingentes**

Ativos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios económicos.

Passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação que surja proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente que surja de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respetivas

demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

● Acontecimentos subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 7 de fevereiro de 2013, data em que foram aprovadas pelo órgão de gestão conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 52.

Juizados de valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da Empresa.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas da CP e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras é a seguinte:

- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa

descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras. As valorizações são feitas tendo em conta os *cash flows* descontados e a variação dos indexantes proprietários desde o seu início até à data. Nas operações que envolvem opções, aos fluxos é atribuído um delta de 0% ou 100% conforme a barreira em causa seja ou não atingida. A projeção futura das barreiras em causa, é determinada usando a curva de rendimentos atual.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os fatores adiante descritos:

- A situação operacional da CP apresenta sustentabilidade, sendo de referir a melhoria significativa dos resultados da CP e das empresas do Grupo, que se traduziu num EBITDA positivo para a CP e algumas empresas do Grupo já em 2012. Considera-se, pois, que os fatores de sustentabilidade futura melhoraram;

- O Estado tem garantido todo o seu apoio à Empresa, quer avaliando diretamente a sua dívida quer manifestando todo o seu apoio em caso de dificuldade;
- A CP apresenta os meios financeiros para fazer face às necessidades de tesouraria estimadas da CP e das suas participadas, para o próximo período de 12 meses, considerando as maturidades de dívida e saldos a pagar à data do balanço, ajustado de eventos subsequentes divulgados, as atuais expectativas de taxas de juro e o plano de investimento e operação da Empresa;
- Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje a CP presta à economia portuguesa ao transportar 112 milhões de passageiros ano, como fator de importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade da CP.

Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e

circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras, pelo que o momento em que são realizadas as estimativas é a principal fonte de incerteza.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela CP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. A CP, tendo em consideração o princípio da prudência, tem constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou

construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

Com base na avaliação atuarial das responsabilidades da Empresa em 31 de dezembro, foram constituídas provisões para fazer face aos encargos com as pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999.

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pela CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

Fluxo de caixa (nota 4)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2012 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

dezembro daquele ano das indemnizações compensatórias referentes a 2011. As indemnizações compensatórias referentes ao ano de 2012 foram recebidas mais cedo, pelo que o saldo do IGCP já não reflete aquele recebimento.

Rubrica de caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Caixa	284.432	265.511
Depósitos bancários	9.841.187	35.368.382
Total	10.125.619	35.633.894
Descobertos Bancários	-6.567.797	-82.503.811
Total	3.557.821	-46.869.917

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica de depósitos bancários apresenta um saldo pouco significativo face a 2011 em virtude do recebimento em 30 de

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação das rubricas de caixa e depósitos bancários:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Caixa		
Caixa Central	885	393
Caixa Pequena	2.600	2.600
FFC Tesouraria	1.650	1.650
Caixa Estações	279.297	260.869
Total	284.432	265.511
Depósitos à ordem		
Banco Barclays	793	297
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	228.730	230.526
Banco Espírito Santo	0	229
Banco Português de Investimento	1.449.039	1.746.922
Banco Português de Negócios	57	19
Banco Santander	1.016.541	41.080
BNP Paribas	75	88
Caixa Geral de Depósitos	104.894	13.664
Caja Madrid	0	103
Citibank	0	656
Crédito Agrícola	0	0
Deutsche Bank	556	717
Inst. Gestão Crédito Público	7.036.035	33.331.291
Millennium BCP	3.195	1.354
Montepio	1.272	1.438
Total	9.841.187	35.368.382
Descobertos Bancários		
Banco Português de Investimento	-1.591.405	-3.023.572
Banco Santander	0	-74.581.610
Millennium BCP	-4.976.392	-4.898.629
Total	-6.567.797	-82.503.811

Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros (nota 5)

Nada a referir.

Ativos fixos tangíveis (nota 6)

No final do ano 2012 a CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro abaixo:

	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	26.256.870	27.239.502
Edifícios e outras construções	98.194.117	95.070.649
Equipamento básico	1.552.972.959	1.630.826.627
Equipamento de transporte	1.767.518	1.782.873
Equipamento administrativo	19.465.877	18.936.124
Equipamentos biológicos	-	-
Outros activos fixos tangíveis	61.977.517	61.826.394
Investimentos em curso	6.980.570	3.741.875
Adiantamentos por conta de investimentos	2.230.438	10.614.526
	1.769.845.866	1.850.038.570
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	72.779.798	84.271.190
Depreciação acumulada de períodos anteriores	832.515.592	833.891.146
Perdas por imparidade do período	14.576	-3.737.266
Perdas por imparidade de períodos anteriores	1.057.024	4.794.696
	906.366.990	919.219.766
Valor líquido contabilístico	863.478.876	930.818.803

Os ativos fixos tangíveis da CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2012 são resumidos no quadro seguinte:

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Abates	Transferencias	Outras regularizações	Saldo final
(valores em euros)									
Valor bruto:									
Terrenos e recursos naturais	27.239.502				(982.632)				26.256.870
Edifícios e outras construções	95.070.649				(771.975)	(646.103)	4.541.546		98.194.117
Equipamento básico	1.630.826.627	4.174		(756.534)	(51.259.132)	(19.656.807)	15.089.474	(21.274.842)	1.552.972.959
Equipamento de transporte	1.782.873	225		(52.918)		(16.947)	54.285		1.767.518
Equipamento administrativo	18.936.124	28.959		(21.409)		(430.621)	952.825		19.465.877
Equipamentos biológicos	-								-
Outros activos fixos tangíveis	61.826.394	233.076		(15.299)		(134.555)	67.900		61.977.517
Investimentos em curso	3.741.875	17.008.240					(13.769.545)		6.980.570
Adiantamentos por conta de investimentos	10.614.526	37.345					(6.936.485)	(1.484.949)	2.230.437
	-	1.850.038.570		(846.160)	(53.013.739)	(20.885.033)	0	(22.759.791)	1.769.845.866
Depreciação acumulada e imparidade									
Edifícios e outras construções	32.254.691	2.816.965			(160.375)	(489.369)			34.421.912
Equipamento básico	834.088.561	66.194.728		(694.616)	(42.854.483)	(19.536.424)		(21.274.842)	815.922.924
Equipamento de transporte	1.576.802	49.324		(52.917)		(16.947)			1.556.262
Equipamento administrativo	17.218.215	987.100		(9.994)		(424.641)			17.770.680
Equipamentos biológicos	-								-
Outros activos fixos tangíveis	33.024.067	2.731.681		(701)		(131.435)			35.623.612
Act Fix Tang-Perdas Impar Acum -Equipam Básico	1.057.431	14.576			(407)				1.071.600
	919.219.767	72.794.374		(758.228)	(43.015.265)	(20.598.816)		(21.274.842)	906.366.990
Total	930.818.803								863.478.876

A 31 de dezembro de 2012 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima:

Descrição do imóvel	(valores em euros)
	Passivo
Automotoras	275.307.941
Carruagens	4.723.097
Locomotivas	137.452.153
Total	417.483.191

Ativos intangíveis (nota 7)

Os ativos intangíveis da CP respeitam essencialmente à implementação de sistemas informáticos e licenciamento de utilização de sistemas não havendo nenhuma situação em que o ativo tenha sido desenvolvido internamente. Encontram-se classificados na rubrica de despesas de investigação e desenvolvimento, conforme quadro abaixo:

	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Despesas de Investigação e desenvolvimento	1.702.892	2.087.121
Activos intangíveis em curso	-	-
	1.702.892	2.087.121
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	145.208	489.805
Amortização acumulada de períodos anteriores	1.367.442	877.637
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
	1.512.650	1.367.442
Valor líquido contabilístico	190.242	719.679

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2012 são analisados como segue:

Locações (nota 8)

A CP foi locatária até dia 30 de abril de 2012 de um prédio urbano no concelho de Vila Nova de Famalicão, que nesta data passou para a titularidade da Empresa. Em 2012 o ativo foi classificado como detido para venda, dado que é intenção da Empresa proceder à sua alienação.

Assim, à data de 31 de dezembro de 2012, o valor do ativo fixo tangível financiado por contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

Rubrica	31-12-2012			31-12-2011		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Edif. e outras construções	0	0	0	104.648	6.895	97.753
	0	0	0	104.648	6.895	97.753

Participações financeiras - Método de equivalência patrimonial (nota 9)

O detalhe das participações financeiras em que a CP aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Tipo	31-12-2012			31-12-2011		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
EMEF, SA	Investimento	11.373.345	0	11.373.345	2.393.413	0	2.393.413
EMEF, SA	Empréstimos	10.500.000	0	10.500.000	7.500.000	0	7.500.000
CP CARGA, SA	Empréstimos	43.930.280	0	43.930.280	0	0	0
FERGRÁFICA, SA	Investimento	0	0	0	0	0	0
FERGRÁFICA, SA	Empréstimos	1.074.834	-1.074.834	0	559.553	-559.553	0
SAROS, SA	Investimento	163.655	0	163.655	74.002	0	74.002
FERNAVE, SA	Investimento	2	0	2	0	0	0
FERNAVE, SA	Empréstimos	0	0	0	88.000	0	88.000
TIP, ACE	Investimento	0	0	0	0	0	0
ECOSAÚDE, SA	Investimento	1	0	1			
Total		67.042.117	-1.074.834	65.967.283	10.614.968	-559.553	10.055.415

Em 2012 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
EMEF, SA	9.893.413	5.655.017		6.324.914		21.873.345
CP CARGA, SA	0	43.930.280				43.930.280
FERGRÁFICA, SA	559.553	515.282				1.074.835
SAROS, SA	74.002			89.654		163.656
FERNAVE, SA	88.000	2			(88.000)	2
ECOSAÚDE, SA	0					-
Sub-total	10.614.968	50.100.581	-	6.414.568	(88.000)	67.042.117
Imparidade						
EMEF, SA	0					-
CP CARGA, SA	0					-
FERGRÁFICA, SA	-559.553	-515.282				-1.074.835
SAROS, SA	0					-
FERNAVE, SA	0					-
ECOSAÚDE, SA	0	1				1
Sub-total	-559.553	-515.281	-	-	-	-1.074.834
Total	10.055.415					65.967.283

A informação financeira resumida referente às empresas associadas (valores a aguardar aprovação em assembleia, que poderão não corresponder aos valores finais) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Activos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
EMEF, SA	100	31-12-2012	48.724.158	37.350.813	11.373.345	64.886.843	6.306.705
CP CARGA, SA	100	31-12-2012	112.788.220	178.657.088	-65.868.868	64.534.012	-19.165.018
FERGRÁFICA, SA	100	31-12-2012	626.878	3.086.872	-2.459.994	634.481	450.918
SAROS, SA	100	31-12-2012	171.711	8.056	163.655	154.721	87.238
FERNAVE, SA	100	31-12-2012	3.771.745	4.686.874	-915.129	1.369.579	-1.190.515
ECOSAÚDE, SA	100	31-12-2012	1.297.442	1.340.030	-42.588	2.183.420	-45.087
TIP, ACE	33,3	31-12-2012	10.552.370	14.887.958	-4.335.588	5.616.754	-729.787

Participações financeiras – Outros métodos (nota 10)

A CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, a CP avalia a imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo uma perda por imparidade na demonstração de resultado se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	Método	(valores em euros)					
		31-12-2012			31-12-2011		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
OTLIS, ACE	Custo de aquisição	47.118	-	47.118	207.119	-160.000	47.119
MLM, SA	Custo de aquisição	12.721	-12.721	-	12.721	-12.721	0
EMEF INTERNACIONAL	Custo de aquisição	2.500	-2.500	-	2.500	-2.500	0
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249.399	-249.399	-	249.399	-249.399	0
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3.595	-	3.595	-	-	3.595
ICF	Custo de aquisição	382.269	-382.269	-	382.269	-382.269	0
EUROFIMA	Custo de aquisição	27.760.679	-	27.760.679	27.760.679	-	27.760.679
BCC	Custo de aquisição	1.460	-	1.460	-	-	1.460
APOR	Custo de aquisição	5.000	-	5.000	5.000	-	5.000
Obrigações SONEFE 5% 1959 - 2ª emissão	Custo de aquisição	-	-	-	504	-504	0
Obrigações SONEFE 5% 1960- 3ª emissão	Custo de aquisição	-	-	-	1.132	-1.132	0
Obrigações SOC. HIDRO. REVUÉ 5% - 1959	Custo de aquisição	-	-	-	5.038	-5.038	0
Obrigações CONSOLIDADO 1942	Custo de aquisição	662	-	662	662	-	662
		28.465.403	-646.888	27.818.515	28.632.077	-813.562	27.818.515

Dada a impossibilidade de recuperar os valores das obrigações SONEFE e da Sociedade Hidro Revues a Empresa optou por, em 2012, eliminar estes ativos do seu balanço, bem como as respetivas imparidades reconhecidas.

O movimento destas participações financeiras em 2012 é analisado no quadro seguinte:

	(valores em euros)					
	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras	Saldo final
Valor bruto						
OTLIS, ACE	207.119				(160.000)	47.119
MLM, SA	12.721					12.721
EMEF INTERNACIONAL	2.500					2.500
METRO DO PORTO, SA	249.399					249.399
METRO-MONDEGO, SA	3.595					3.595
ICF	382.269					382.269
EUROFIMA	27.760.679					27.760.679
BCC	1.460					1.460
APOR	5.000					5.000
Obrigações SONEFE 5% 1959 - 2ª emissão	504				(504)	-
Obrigações SONEFE 5% 1960- 3ª emissão	1.132				(1.132)	-
Obrigações SOC. HIDRO. REVUÉ 5% - 1959	5.038				(5.038)	-
Obrigações CONSOLIDADO 1942	662					662
	28.632.077	-	-	-	(166.674)	28.465.403
Imparidade						
OTLIS, ACE	(160.000)				160.000	-
MLM, SA	(12.721)					(12.721)
EMEF INTERNACIONAL	(2.500)					(2.500)
METRO DO PORTO, SA	(249.399)					(249.399)
ICF	(382.269)					(382.269)
Obrigações SONEFE 5% 1959 - 2ª emissão	(504)				504	-
Obrigações SONEFE 5% 1960- 3ª emissão	(1.132)				1.132	-
Obrigações SOC. HIDRO. REVUÉ 5% - 1959	(5.038)				5.038	-
	(813.562)	-	-	-	166.674	(646.889)
Total	27.818.515	-	-	-	166.674	27.818.515

Acionistas/sócios (nota 11)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Activo não corrente		
Activo corrente		
Resultados Atribuídos - Out. Empresas		
Outras Operações - Indemnizações Compensatórias	141.291	180.376
Outras Operações - Empresas do Grupo	995.777	935.805
Outras Operações - Outras Empresas Participadas	251.245	51.245
	1.388.313	1.167.426
Passivo não corrente		
Passivo corrente		
Outras Operações - Empresas do Grupo		3.100.583
Perdas por Imparidade - Empresas do Grupo		
	-	3.100.583

As maiores variações da rubrica de acionistas estão relacionadas com a linha de crédito concedida à Ecosaúde em abril de 2012, no valor de 500.000 euros, e que no final do exercício 2012 ascendia a um montante em dívida de 200.000 euros registado no ativo corrente; do lado do passivo corrente, de referir a operação de recomposição de capitais da participada Fernave, através da constituição de prestações acessórias no valor de 3.200.000 euros, realizadas já no exercício de 2012.

Impostos sobre o rendimento (nota 12)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a CP CARGA – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA e a SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

Relativamente a Impostos sobre o Rendimento, a CP não contabilizou ativos nem passivos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais, por ter considerado que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados até 2009 são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Nos mesmos termos, os prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2010 e 2011 são reportáveis por um período de quatro anos e os prejuízos fiscais apurados a partir de 2012 têm um prazo de reporte de cinco anos.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados em períodos anteriores, por se entender que face às atuais condições de mercado e ao carácter social do seu negócio, não é expectável que a Empresa venha a pagar impostos sobre o rendimento nos próximos anos. Por este facto, entende a Empresa que não estão reunidas todas as condições para que esta situação seja considerada como passivo

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado com a tributação autónoma de 2012, no montante de 285.795,09 euros, única matéria tributável apurada no exercício.

Inventários (nota 13)

Em 31 de dezembro de 2012 a CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Mercadorias	0	226.381
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.511.656	10.871.403
Produtos acabados e intermédios	0	0
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0
Reclassificação e regularização de inventários	0	0
Adiantamentos por conta de compras	0	1.704
	9.511.656	11.099.488
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	1.073.376	0
Imparidades de períodos anteriores	-5.559.571	-5.559.571
	-4.486.194	-5.559.571
Valor líquido contabilístico	5.025.461	5.539.917

A CP verifica semestralmente se o valor realizável dos inventários é ou não inferior ao valor pelo qual estes se encontram reconhecidos nas contas da Empresa. Se o valor pelo qual os inventários se encontram reconhecidos for superior ao valor realizável líquido, reconhece uma perda por imparidade pela diferença entre aquelas duas grandezas.

Até 2011 o critério base para a avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicado a todos os inventários em armazém.

Durante o exercício de 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido pela Empresa avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Para isso, foi calculada a depreciação das peças de armazém de material circulante de acordo com a vida útil estimada das séries de material a que estavam associadas, o que permitiu a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação. Para os restantes materiais diversos manteve-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos.

Tendo em consideração a aplicação deste novo critério, mais adaptado à realidade da Empresa, foi reconhecido um reforço da perda por imparidade de 59.749 euros.

Em simultâneo, foi identificada a necessidade de efetuar um abate de inventários, dado que os mesmos já não tinham aplicabilidade em reparações do parque do material circulante, ou possibilidade de recuperar o seu valor pela venda. Dado que em anos anteriores já se tinha constituído uma imparidade para fazer face à impossibilidade de recuperar o valor destes inventários, foi agora a mesma utilizada pelo montante de 1.133.126 euros tal como identificado no quadro abaixo:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Saldo final
Imparidades de inventários				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-5.559.571	0	1.073.376	-4.486.194
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
	-5.559.571	0	1.073.376	-4.486.194

Clientes (nota 14)

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	3.425.141	2.879.102
Empresa-mãe		
Empresas subsidiárias		
Empresas associadas	328.930	606.796
Empreendimentos conjuntos	-13.318	353.164
Outras partes relacionadas	76.042	216.642
Adiantamentos por conta de compras		
Clientes - títulos protestados	26.661	26.661
Clientes - Perdas Imparidade Acumuladas	1.952.011	39.075.647
Total	5.795.467	43.158.012
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	37.123.636	-2.308.497
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-39.102.308	-36.793.811
Total	-1.978.672	-39.102.308
Valor líquido contabilístico	3.816.795	4.055.704

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	38.973.495	2.139.821	-39.259.977	1.853.339
Empresa-mãe				
Empresas subsidiárias				
Empresas associadas	12.262		-3.480	8.782
Empreendimentos conjuntos	89.890			89.890
Outras partes relacionadas				
Total	39.075.647	2.139.821	-39.263.457	1.952.011

A diminuição das perdas por imparidade acumuladas deveu-se essencialmente ao pagamento da dívida do Ministério da Defesa. Esta dívida estava integralmente ajustada à data de 31 de dezembro de 2011.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais 360 dias
Clientes gerais	1.872.856	1.041.676	478.014	32.595
Empresa-mãe				
Empresas subsidiárias				
Empresas associadas	109.506	35.612	52.981	130.831
Empreendimentos conjuntos	-38.157	23.269	1.484	86
Outras partes relacionadas	76.042			
Total	2.020.247	1.100.557	532.479	163.512

Adiantamentos a fornecedores (nota 15)

A rubrica de adiantamentos a fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
EMEF-EMP. MANUT. EQUIP. FERROV. SA	3.279	3.279
EMEF / SIEMENS, ACE SERV. INT. MANUT. ENG. FER. ACE		1.161.347
SISCOG-SISTEMAS COGNITIVOS, LDA.	128.391	128.391
NEC PORTUGAL-TELECOM.E SISTEMAS,SA		1.583
REDE FERROV. NACIONAL REFER EPE	2.120	2.120
FERNAVE	0	
Total	133.790	1.296.720
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período		
Imparidades de períodos anteriores		
Total	0	0
Valor líquido contabilístico	133.790	1.296.720

Estado e outros entes públicos (nota 16)

A rubrica de estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Activo		
Imposto sobre o rendimento	1.271.474	1.200.640
Pagamento especial por conta	1.162.301	950.802
Imposto retido na fonte	109.173	249.839
IVA	7.116.799	4.534.016
IVA a recuperar de Nov e Dez 2012	5.161.250	3.440.291
IVA reembolsos pedidos	1.955.549	1.093.724
Outros Impostos	133.034	169.465
Contribuições Seg Social CNP	133.034	169.465
IVA imposto retido a recuperar	884.629	884.629
Total	9.405.936	6.788.751
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	285.795	337.131
Retenções de imposto sobre o rendimento	636.563	745.830
IVA a pagar		0
IVA Liquidações Oficiosas		
Outros Impostos		
Contribuição p/Seg. Social	1.555.603	1.657.750
Tributos das Autarquias Locais		
Outras Tributações		
Total	2.477.961	2.740.712

As principais variações registadas entre 2012 e 2011 resultam essencialmente do aumento significativo do IVA a recuperar entre agosto e dezembro de 2012 derivado do acréscimo na aceitação de faturas dos fornecedores REFER/EMEF-SIEMENS, bem como a diminuição do imposto retido na fonte de rendimentos de capitais.

Outras contas a receber (nota 17)

A rubrica de outras contas a receber apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Fornecedores c/c - Saldos Devedores	-49.943	-47.107
Outros Devedores - Pessoal	407.079	524.172
D.Diversos - c/c	19.050.911	56.146.697
D.Diversos - Cobrança Duvidosa	5.039.075	6.772.018
C. Diversos - Saldos Devedores	-10.858	-11.286
C.Div-Dep Cauções Prestadas	203.699	48.958
C.Div.-Rendimentos a Repartir	-14.333	1.183.377
C.Div.-IVA-Operações. a Regul.	4.478.971	4.375.086
D\VC Div - Facturação a emitir	154.609	154.632
D\VC Div - Seg. Saude	174.740	5.013
C.Div.-Valores Regularizar Estações	0	127.270
C.Div.-ODC-Cartão Galp Frota/via verde	65.305	67.778
Out C.Rec/Pag - Depósitos por regularizar	4.945	5.450
ODC - Unidades de Negócio/Outros	344.492	364.239
Devedores por acréscimos de receitas	2.214.984	4.157.061
Total	32.063.675	73.873.359
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Out div terceiros	1.704.659	-345.087
Imparidade de períodos anteriores-O div terceiros-CP e MLP	-6.772.018	-6.426.931
Total	-5.067.359	-6.772.018
Valor líquido contabilístico	26.996.316	67.101.340

A variação significativa registada face a 2011 resulta essencialmente da diminuição dos saldos em dívida da CP – Carga SA (-33,6 milhões de euros

por conversão em empréstimo] e Secretaria Geral do Ministério das Obras Públicas [-2,7 milhões de euros].

Diferimentos (nota 18)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Activo		
Gastos a reconhecer		
Diferim - Gast Reconh - Dif Câmbio-Outras	-	0
Diferim - Gast Reconh - Outros-Diversos	9.744.659	10.918.142
Total	9.744.659	10.918.142
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Diferim - Rend a Reconhecer - CPLX	-1.021.584	-1.090.348
Diferim - Rend Reconhecer - POEFDS_PORLVT	-74.831	-74.831
Diferim - Rend Reconhecer - Sub Proj Exploração	-455	-455
Diferim - Rend Reconh - Outros Dif- Rendim Reconh	-4.869.000	-6.193.287
Total	-5.965.870	-7.358.921

As principais variações face a 2011 registam-se nas rubricas de gastos e rendimentos a reconhecer, resultando de ajustamentos quer nos gastos a reconhecer perante terceiros, quer de rendimentos a reconhecer da prestação de serviços a terceiros, em função duma análise cuidada das responsabilidades assumidas e das prestações de serviços realizadas ainda não faturadas.

Ativos financeiros detidos para negociação (nota 19)

A rubrica de ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Derivados potencialmente favoráveis	-	19.392.661
Ativos Financeiros	26	-
Total	26	19.392.661

A 31 de dezembro de 2012, de acordo com a avaliação fornecida por entidade externa (IMF – Informação de Mercados Financeiros, S.A.), a Empresa não possui qualquer instrumento financeiro derivado (*swaps* de cobertura de taxa de juro) potencialmente favorável.

As variações ocorridas no justo valor destes instrumentos financeiros derivados são registadas pelo valor líquido entre os ganhos e as perdas na rubrica da demonstração de resultados "aumentos/reduções de justo valor".

À data de referência para a apresentação destas demonstrações financeiras, a Empresa tem somente registado na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação o justo valor a 31 de dezembro de 2012, das ações do Millenium

BCP adquiridas à sociedade Fergráfica, S.A. no âmbito da liquidação desta sociedade.

Ativos não correntes detidos para venda (nota 20)

Um dos objetivos da Empresa de curto prazo é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixo detidos para venda há mais de 1 ano, o Conselho de Administração da CP entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido, sendo que o atraso que se tem verificado na concretização de alguns dos acordos de venda já estabelecidos, é causado por circunstâncias alheias à Administração da CP.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor esperado de venda.

Entende ainda a CP que existe uma grande incerteza nesta data quanto a evolução dos mercados e das economias, pelo que o valor esperado de venda à data foi apurado com base na informação disponível. A Administração

entendeu, portanto, reforçar a imparidade destes bens no valor de 4.834.380 euros, que correspondeu a cerca de 20% do valor bruto destes bens.

Semestralmente a Empresa avalia a existência de imparidades nestes ativos, e, sempre que necessário procede a ajustamentos dos valores já reconhecidos. Nesse âmbito, em 2012, a CP registou uma perda de imparidade acumulada na rubrica de Equipamento básico de 6.301.155 euros, que reflete também a evolução do contexto económico e financeiro e as expectativas de venda.

No que respeita aos imóveis detidos para venda existem avaliações realizadas em 2012 que sustentam os valores pelos quais os imóveis se encontram reconhecidos nas contas da CP. Em 2012 foi registada uma imparidade de 242.044 euros que resultou do diferencial entre o valor pelo qual o ativo se encontra escriturado e o valor da avaliação feita em 2012, por uma entidade externa.

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado, os ativos não correntes detidos para venda, não existindo passivos associados aos mesmos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Activos		
Terrenos e recursos naturais	3.295.378	2.312.746
Edifícios e outras construções (a)	12.232.184	11.862.638
Equipamento básico (b)	19.337.683	17.235.068

(a) Esta rubrica no exercício de 2012 teve uma imparidade no montante - 242 044 euros

(b) Esta rubrica no exercício de 2012 teve uma imparidade no montante - 6 301 155 euros

Capital realizado (nota 21)

O n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 260/76, ao definir o capital estatutário das empresas públicas como sendo o conjunto das «dotações e outras entradas patrimoniais do Estado e demais entidades públicas destinadas a responder a necessidades permanentes da Empresa», consagrou o princípio da adequação do capital estatutário às necessidades permanentes da Empresa.

O capital estatutário de 1.995.317.000 euros, detido a 100% pelo Estado português na sequência do processo de nacionalização efetuada nos termos do Decreto-Lei n.º 205-B/75 de 16 de abril, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2012.

Ações (Quotas) próprias (nota 22)

Não sendo uma sociedade por ações ou por quotas, a 31 de dezembro de 2012 a Empresa não detém ações ou quotas próprias.

Outros instrumentos de capital próprio (nota 23)

O Estado português, único detentor da CP, não concedeu qualquer verba a título de prestações suplementares, acessórias ou dotações de capital durante o ano de 2012.

Reservas legais (nota 24)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem utilização para aumento de capital ou cobertura de prejuízos.

Outras reservas (nota 25)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no Artº16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

Resultados transitados (nota 26)

No seguimento da aprovação pela Tutela dos documentos de prestação de contas da Empresa para os exercícios de 2010 e 2011, suportado nos respetivos despachos conjuntos assinados pelos Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, os resultados líquidos dos referidos exercícios foram transferidos para resultados transitados, num total de cerca de 484 milhões de euros.

Pelo facto de a CP ter optado por valorizar os seus ativos fixos tangíveis pelo seu custo considerado à data da transição para o SNC, o saldo de excedentes de revalorização está registado nesta rubrica, tendo sido mantido o controlo dos montantes realizados e não realizados, e destes, os que estão disponíveis ou não para distribuição aos acionistas ou para cobertura de prejuízos ou para aumento de capital, de acordo com a legislação aplicável.

A Empresa procedeu pela primeira vez em 1995 à reavaliação do ativo fixo tangível.

A reavaliação incidiu no ativo fixo tangível contemplado na rubrica “equipamento básico” e engloba o material circulante, à data de 31 de dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente, amortizações correspondentes ao exercício de 1995 e seguidamente procedeu-se à

aplicação, aos valores do ativo fixo e às respetivas amortizações acumuladas dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º 338/95 de 21 de abril, corrigidos previamente com o fator de 1,04.

No exercício de 1997 procedeu-se a nova reavaliação do ativo fixo tangível contemplado na rubrica “equipamento básico” e englobando o material circulante, nos termos do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de fevereiro.

No exercício de 1999, a Empresa procedeu à inventariação dos bens contemplados nas restantes rubricas do ativo fixo tangível, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, com exceção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque.

Este trabalho foi coordenado pelas empresas Ernst & Young e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respetiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico, de que resultou um montante de 51.989.137 euros. As variações das reservas de reavaliação ocorridas no exercício de 2012 constam no quadro que segue:

(valores em euros)

Contas	Saldo Inicial	Reavaliações Registradas	Inc. Cap.	Outras Transf ^a .	Saldo Final
56100002-Exced.Reval.ñ Real - 95	13.987.545	-	-	-1.711.814	12.275.731
56100001-Exced.Reval.ñ Real - DL	12.224.218	-	-	-471.185	11.753.033
56100003-Exced.Reval.ñ Real - 99 Est.	29.375.875	-	-	-280.358	29.095.518
56100004-Exced.Reval.ñ Real - 99 CP	11.832.287	-	-	-37.199	11.795.089
	67.419.927	-	-	-2.500.556	64.919.371

As transferências para resultados transitados foram efetuadas de acordo com a realização dos bens verificada no próprio exercício para as “reservas de reavaliação” de 1995 e de 1997 e para as “reservas de reavaliação” de 1999.

Ajustamentos em ativos financeiros (nota 27)

Esta rubrica não apresenta variações face a 2011, apresentando-se o detalhe no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	-1.703.423	-1.703.423
Lucros não atribuídos	99.087	99.087
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	-73.233	-73.233
	-1.677.569	-1.677.569

Outras variações no capital próprio (nota 28)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	182.362.656	195.550.993
Saneamento financeiro	91.357.368	91.357.368
Outras		
	273.720.024	286.908.360

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à banca no montante de 97.975.959 euros e a utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-Lei n.º 361/85.

O valor da rubrica de subsídios respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, resultando as diminuições registadas nesta componente do capital, da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, dum parte desse subsídio, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
59300001 Reservas Subsídios - ILD'S	1.755	1.755
59300004 Reservas Subsídios - Material Circulante	1.753.799	1.884.075
59300100 FEDER-Sub Proj 12UQE	8.461.396	9.335.330
59300700 PIDDAC-Sub Proj 12+4UQE	5.559.962	5.907.458
59300800 FEDER-Sub Proj 12+4UQE	15.196.074	16.145.819
59301001 PIDDAC-Sub Proj 34UQE/UTE	4.193.980	4.445.354
59301002 PIDDAC-Sub Proj 19UDD	636.999	687.867
59301003 PIDDAC-Sub Proj 21ALLAN	912.058	1.009.363
59301004 PIDDAC-Sub Proj 42UQE	542.423	582.327
59301005 PIDDAC-Sub Proj 34UME	22.191.120	23.278.550
59301006 PIDDAC-Sub Proj 57UTE Silício	18.463.240	21.088.689
59301007 PIDDAC-Sub Proj 25UTD600	967.271	0
59301008 PIDDAC-Sub Proj Convel	0	4.548
59301009 PIDDAC-Sub Proj 57CORRAIL	838.579	952.931
59301010 PIDDAC-Sub Proj 12Locomotivas	390.009	418.621
59301011 PIDDAC-Sub Proj Radio Solo Comb	24.381	84.020
59301012 PIDDAC-Sub Proj Aq 15 Loc 4700	20.265.278	20.915.501
59301013 PIDDAC-Sub Proj Bilhet s/contacto	4.414.417	5.287.789
59301014 PIDDAC-Benef Interface Ramal Lousã	302.119	330.007
59301015 PIDDAC-Sub Proj. Aq. 10 Locs 4700	2.645.698	2.729.912
59301024 PIDDAC-SubProj Alter Veloc Máx 45 Carrug Moderniz	186.446	84.117
59301025 PIDDAC-Subs. Caixas Transmissão Rodados UDD's450	425.800	218.750
59301026 PIDDAC-Sub Sist Escalas Pess e Rotaç de Material	43.750	43.750
59301027 PIDDAC-Modernização de automotoras 3500	1.575.000	0
59301101 FEDER-Sub Proj 19UDD	1.316.687	1.421.838
59301102 FEDER-Sub Proj 21ALLAN	1.781.666	1.971.755
59301103 FEDER-Sub Proj 34UME	39.516.942	41.451.289
59301104 FEDER-Sub Proj 57UTE Silício	24.986.119	27.132.173
59301105 FEDER-Sub Proj Convel	12.632	129.789
59301106 FEDER-Sub Proj Reabil 3Aut	107.546	132.669
59301107 FEDER-Sub Proj 57CORRAIL	1.690.737	1.910.774
59301108 FEDER-Sub Proj 12Locomotivas	903.370	969.643
59301115 FEDER-SubProj57COR-Homologação	0	713.955
59301200 FEDER-Sub Proj PRODOURO	0	20.536
59301510 Sub Projecto CP/KIDS	54.697	30.103
59301700 FEDER-Benef Interfaces Ramal Lousã	640.462	699.582
59301800 FEDER-Bilhética sem contacto-CPLX	995.479	1.193.925
59301801 FEDER-Bilhét s contacto-CPLX-Homol	0	1.971.663
59301900 FEDER-Subsid Ramais Partic Mercad	364.765	364.765
	182.362.656	195.550.993

Provisões (nota 29)

O movimento na rubrica de Provisões é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Impostos					
Garantias a clientes					
Processos judiciais em curso	3.191.838	5.806.146			8.997.984
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	11.273.227	1.602.305	931.058		11.944.474
Acidentes ferroviários	745.048		167.533		577.515
Investimentos financeiros	50.221.502	22.371.521	2.709.418		69.883.605
Matérias ambientais	0				0
Contratos onerosos	0				0
Reestruturação	0				0
Outras	849.120	4.620.596			5.469.716
Total	66.280.735	34.400.568	3.808.009	0	96.873.294

O aumento do valor das provisões, no exercício de 2012, prende-se essencialmente com o reforço da provisão para capitais próprios negativos das empresas do Grupo CP, nomeadamente da CP Carga, e com a necessidade de reforço das provisões constituídas para processos judiciais em curso e de pensões com acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999 (data até à qual a CP foi auto seguradora).

A provisão para acidentes de trabalho e doenças profissionais foi calculada com base na avaliação atuarial das responsabilidades da Empresa em 31 de dezembro de 2012, tendo assim, sido constituídas provisões para fazer face aos encargos com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999. Este cálculo foi realizado por entidade externa à CP.

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de rendimento: assumiu-se uma taxa de rendimento de 3,5%, que representa uma taxa de rentabilidade real de longo prazo de 2,5% face ao crescimento das pensões.

Taxa de crescimento das pensões: 1,0%

Tábuas de mortalidade: utilizou-se a tábua francesa TV 88/90

Número de pagamento das pensões de acidente de trabalho: 13 pagamentos por ano.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2012.

Financiamentos obtidos (nota 30)

No final do exercício de 2012 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	513.645.672	560.914.913
Locações financeiras		
Empréstimos por obrigações	700.000.000	700.000.000
Mercado de valores mobiliários		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos		
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Outros financiadores	948.680.000	1.111.180.000
Total	2.162.325.672	2.372.094.913
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.305.669.751	667.295.200
Descobertos bancários	6.567.797	82.503.811
Locações financeiras		
Empréstimos por obrigações		250.000.000
Mercado de valores mobiliários		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos		
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Outros financiadores	162.500.000	150.500.000
Total	1.474.737.548	1.150.299.011

(*) Inclui descobertos bancários contabilísticos

O acréscimo dos financiamentos obtidos, incluindo descobertos bancários contabilísticos, foi de cerca de 114,6 milhões de euros face a 2012. Este acréscimo traduziu-se numa substituição de dívida de longo prazo por dívida de curto prazo tomada na banca nacional, uma vez que os empréstimos celebrados com a banca nacional foram todos por períodos curtos de tempo.

Apesar de todas as dificuldades, o crescimento do endividamento restringiu-se ao financiamento de parte dos juros do serviço da dívida, tendo a operação libertado os meios necessários ao funcionamento corrente, rescisões de contratos de trabalho, investimentos no material circulante e alguns pagamentos de responsabilidades inerentes do serviço da dívida.

No que respeita às amortizações de empréstimos realizadas em 2012 destaca-se o do empréstimo obrigacionista com aval do Estado no montante de 250 milhões de euros, em fevereiro de 2012.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	1.312.237.548	749.799.011
De 1 a 5 anos	398.934.005	382.080.850
A mais de 5 anos	114.711.667	178.834.063
Locações financeiras		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	0	250.000.000
De 1 a 5 anos	0	0
A mais de 5 anos	700.000.000	700.000.000
Mercado de valores mobiliários		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Outros financiadores		
Até 1 ano	162.500.000	150.500.000
De 1 a 5 anos	698.680.000	861.180.000
A mais de 5 anos	250.000.000	250.000.000
	3.637.063.220	3.522.393.925

[*] Inclui descobertos bancários contabilísticos

À data de 31 de dezembro de 2012, os pagamentos futuros do capital em dívida dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos bancários	1.312.237.548	46.188.733	245.942.688	42.680.188	36.055.188	1.683.104.345
Locações financeiras						
Empréstimos por obrigações						
Mercado de valores mobiliários						
Participantes de capital						
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos						
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos						
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos						
Outros financiadores	162.500.000	264.780.000	358.900.000	75.000.000	-	861.180.000
Total	1.474.737.548	310.968.733	604.842.688	117.680.188	36.055.188	2.544.284.345

Outras contas a pagar (nota 31)

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2012	31-12-2011 Reexpresso
Não corrente		
Fornecedores de investimentos	-40.563	-40.563
*Credores por subscrições não liberadas	0	0
total	-40.563	-40.563
Corrente		
Fornecedores de investimentos	-2.358.459	-2.532.659
Devedores por acréscimos de rendimento	-822.398	-2.560.776
*Credores por subscrições não liberadas	-34.387.776	-34.221.784
Outros devedores e credores	-7.876.348	-3.453.109
Credores por acréscimo de gastos	-66.786.976	-53.168.657
Pessoal	-331.477	-478.903
Adiantamentos de Clientes	165.404	112.823
total	-112.398.030	-96.303.064

A variação mais significativa face ao exercício de 2011 regista-se na rubrica de credores por acréscimo de gastos (13.363.197 euros) em resultado de faturação relacionada com a taxa de utilização de infraestruturas; e na rubrica de outros devedores e credores, com um acréscimo de 4.423.239 euros, relacionado com faturação de energia para tração e serviços auxiliares.

Fornecedores (nota 32)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Fornecedores c/c		
Gerais	53.744.702	47.906.324
Empresa-mãe		
Empresas subsidiárias	3.604.482	5.514.527
Empresas associadas	4.824.001	4.074.827
Empreendimentos conjuntos	2.111.322	4.594.370
Outras partes relacionadas	179.890	214.911
Fornecedores - títulos a pagar		
Gerais		
Empresa-mãe		
Empresas subsidiárias		
Empresas associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Outras partes relacionadas		
Facturas em recepção e conferência	1.618	20.203
Total	64.466.015	62.325.161

As principais variações registadas nesta rubrica face a 2012 explicam-se essencialmente pelos acréscimos das dívidas à REFER, ao nível da rubrica de fornecedores gerais, e, a diminuição da dívida à EMEF, ao nível da rubrica de empresas subsidiárias.

Passivos financeiros detidos para negociação (nota 33)

A rubrica de passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Derivados potencialmente desfavoráveis	135.181.225	150.806.157
	135.181.225	150.806.157

Tal como referido na nota relativa aos ativos financeiros detidos para negociação, o montante registado resulta da valorização efetuada pela entidade externa (IMF – Informação de Mercados Financeiros, S.A.) ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados (*swaps* de cobertura de taxa de juro).

Conclui-se desta análise, os derivados potencialmente desfavoráveis registaram no decorrer de 2012 um decréscimo no seu valor, na ordem dos 15,6 milhões de euros.

Vendas e serviços prestados (nota 34)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)			
	2012	2011	Var. Absol.	Var. Rel.
Vendas				
Serviços prestados				
Passageiros	213.224.609	212.524.271	700.338	0,33%
Mercadorias				
Redes	302.117	335.140	-33.023	-9,85%
Mercadorias TerMN				
Mercadorias TerMI				
Man/Alg/LimpMat Circ.	19.054.740	18.504.664	550.076	2,97%
Cons Term.				
Comb.p/Ter.	1.473.310	1.530.850	-57.540	-3,76%
Indem. p/ danos	240.850	165.991	74.859	45,10%
Limp/Segurança	218.535	416.879	-198.344	-47,58%
Serv. Infor/Contab./Outros	2.013.807	1.598.560	415.247	25,98%
Outros	1.112.906	1.012.112	100.794	9,96%
Outros Met Monde	1.191.435	1.123.863	67.572	6,01%
Outros Serviços	198.275	1.282.626	-1.084.351	-84,54%
Descontos e Abatimentos em Vendas	-2.620.659	-239.020	-2.381.639	996,42%
Total	236.409.925	238.255.936	-1.846.010	-0,77%

Subsídios à exploração (nota 35)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos no exercício de 2011 e 2012:

Descrição	(valores em euros)			
	2012	2011	Var. Absol.	Var. Rel.
Indemnizações compensatórias	34.800.000	36.000.000	-1.200.000	-3,33%
Andante	36.873	36.873	0	
PAII	349.057	682.669	-333.613	-48,87%
CP/KIDS	176.551	41.195	135.357	328,58%
Total	35.362.481	36.760.737	-1.398.256	-3,80%

Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 36)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	2012	2011	(valores em euros)	
			Var. Absol.	Var. Rel.
Perdas				
Cobertura de prejuízos				
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-	-1.470.019	-1.482.837	-100,00%
Alienações				
Outros				
Ganhos				
Aplicação do método da equivalência patrimonial	6.414.568		6.401.751	49945,59%
Alienações				
Outros				
Total	6.414.568	-1.470.019	4.944.549	336,36%

Os valores reconhecidos em 2012 respeitam a ganhos em resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados da EMEF (6.324.914 euros), e aos resultados da SAROS (89.654 euros).

Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (nota 37)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Mercadorias	0	3.609
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.284.408	11.436.952
Activos biológicos		0
	9.284.408	11.440.560

O gasto com consumo de combustível, como matéria-prima para a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros, representa 93% (8.624.332 euros) do total da rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo. O gasto com consumo de combustível, apesar do aumento de preço, tem vindo a reduzir em resultado da diminuição da cedência de combustível pela CP à sua empresa subsidiária CP Carga na sequência da transferência para aquela empresa de parte dos postos de abastecimento.

Fornecimentos e serviços externos (nota38)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Subcontratos:		
Limp. Instalações	370.268	917.979
Limp. Mat. Circ.	1.982.267	3.340.812
Vigilância	2.715.916	4.129.939
Serviços adicionais e Auxiliares	1.589.886	4.981.573
Serviços Restauração	2.705.295	3.052.182
Acordo CP/Renfe	7.276.711	9.764.455
Outros subcontratos	7.094.800	8.849.788
Serviços especializados:		
Conservação e reparação	31.454.017	35.719.496
Trabalhos especializados	777.940	1.828.771
Vigilância e segurança	1.081.186	1.179.476
Utiliz Material circulante	471.459	471.459
Outros serviços espec	1.221.717	2.960.513
Materiais:	173.387	218.460
Energia e fluidos:	0	
Electricidade	28.327.111	26.136.672
Combustíveis	322.094	287.716
Água	223.720	376.887
Outros	12.046	5.588
Deslocações, estadas e transportes:	465.338	462.659
Cont ^o CP/ACE (EMEF/Siemens)	8.777.226	6.181.411
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres		
Taxa uso infraestrutura	56.014.810	42.540.006
Outras rendas e alugueres	10.539.981	6.744.881
Comunicação	954.755	1.236.341
Seguros	415.520	593.049
Outros serviços	613.472	1.288.892
Total	165.580.922	163.269.005

Para o aumento registado nesta rubrica concorrem essencialmente os seguintes factos:

- O aumento significativo do encargo com a taxa de utilização da infraestrutura (+13.474.804 euros) parcialmente compensado pela redução de gastos com utilização de estações e apeadeiros e informação ao público (-2.849.972 euros). Esta situação resulta do aumento das tarifas de utilização dos serviços essenciais por comboio/quilómetro (ck), previstas no diretório da rede para 2012. O diretório da rede é concebido pela REFER em consonância com a legislação nacional em vigor que enquadra a atividade do transporte ferroviário e vigorou no período de 12 de dezembro de 2011 a 10 de dezembro de 2012 (validade do horário 2011). Para o período de 11 de dezembro 2012 a 31 de dezembro 2012, em que passou a vigorar o diretório da rede 2013, foi aplicado à prestação dos serviços essenciais os preços que constam no diretório da rede 2013. De salientar que apesar do aumento destes encargos, foi efetuado pela CP um esforço significativo no sentido da racionalização da oferta, nomeadamente no que respeita a comboios de Longo Curso e Regionais no segmento de passageiros.

- Aumento dos gastos com eletricidade para tração e usos diversos (+2.190.439 euros), em resultado de atualizações tarifárias;
- Aumento dos encargos resultantes do contrato com o ACE (EMEF/SIEMENS) para manutenção de locomotivas das séries LE5600 e LE4700 (+2.595.815 euros).

Apesar do aumento registado nesta rubrica, em grande medida decorrente de imposições tarifárias (nomeadamente no que respeita às prestações de serviço da REFER constantes do diretório de rede), é de relevar os esforços desenvolvidos pela CP no sentido da diminuição dos encargos com a generalidade das restantes rubricas de fornecimentos e serviços externos, em resultado das iniciativas tomadas com vista à racionalização dos gastos suportados pela Empresa e da renegociação dos contratos em vigor.

Gastos com pessoal (nota 39)

A rubrica de gastos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	364.185	406.722
Remunerações do pessoal	62.513.748	73.688.316
Benefícios pós-emprego	NA	NA
Prémios para pensões	NA	NA
Outros benefícios	NA	NA
Indemnizações	3.105.178	15.523.889
Encargos sobre remunerações	13.852.234	15.773.099
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.229.723	1.465.696
Gastos de ação social	143.382	0
Outros gastos com o pessoal	2.321.887	1.215.137
Total	83.530.337	108.072.860

NA= Não aplicável

A redução significativa, face a 2011, registada nas rubricas de remunerações e encargos sobre remunerações resulta da diminuição do efetivo e das medidas de redução salarial constantes do Orçamento de Estado para 2012. Regista-se também uma diminuição significativa dos gastos com indemnizações em resultado da diminuição, face a 2011, do número rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de dezembro de 2012 e 2011 por cargos de direção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Órgãos sociais	6	6
Diretores/Chefias superiores		
Quadros superiores	293	296
Quadros médios	12	19
Chefias intermédias	259	262
Profissionais altamente qualificados	2.256	2.272
Profissionais semi-qualificados	68	79
Contratados a prazo	0	23
Total	2.894	2.957

Imparidades de investimento não depreciables/amortizáveis (nota 40)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Perdas		
Em investimentos financeiros - Empréstimos	-515.282	-418.553
Em investimentos financeiros - Outros	-27	-3.734.726
Activos não correntes detidos para venda	-6.573.726	-325.000
Reversões		
De investimentos financeiros - Empresas do Grupo		
De investimentos financeiros - Outros	160.000	2.220.000
Activos não correntes detidos para venda	30.527	-
Total	-6.898.508	-2.258.279

O valor de perdas de imparidade em investimentos financeiros – empréstimos, reconhecido em 2012, resulta de ajustamentos de empréstimos à Fergráfica em resultado da sua situação financeira, nomeadamente por capitais próprios negativos, considerando-se, para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, os interesses de longo prazo, cuja liquidação não esteja planeada nem seja provável que ocorra no futuro previsível, como é o caso dos empréstimos de longo prazo.

Na rubrica de perdas de imparidade de investimentos financeiros – outros foram registados em 2011 os ajustamentos de perdas de imparidade reconhecidas pela CP em resultado de capitais próprios negativos em empresas suas participadas ou associadas, nomeadamente Fernave, Fergráfica, ICF, Metro de Mirandela e EMEF Internacional, não havendo necessidade em 2012 de se proceder ao seu reforço.

Em 2011 foram registadas reversões de investimentos – financeiros – outros em resultado do pagamento parcial de empréstimo por parte da Otlis (com impacto de 240 mil euros nesta rubrica) e da assinatura de contrato de promessa compra e venda entre a CP e a Fernave, de edifício da Fernave, em que a título de sinal pago pela CP, foi considerado o reembolso pela Fernave dos empréstimos concedidos pela CP no valor de 2.928 milhares de euros. Em 2012 foram somente registadas reversões em resultado da liquidação da dívida restante do empréstimo à Otlis.

No que respeita às perdas de imparidade reconhecidas em 2012 e referentes a ativos detidos para venda, estas resultam do diferencial entre o valor esperado de venda líquido dos custos de venda e o valor pelo qual o ativo se encontra escriturado.

Outros rendimentos e ganhos (nota 41)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Rendimentos suplementares	18.530.533	19.164.147
Descontos de pronto pagamento obtidos	295	2
Recuperação de dívidas a receber	0	1.771
Ganhos em inventários	29.789	29.736
Restantes activos financeiros	372.292	22.535
Investimentos não financeiros	234.891	272.150
Outros	15.649.746	16.072.890
Total	34.817.546	35.563.231

Contribuem essencialmente para a diminuição dos outros rendimentos a redução de rendimentos relacionados com o reconhecimento dos subsídios ao investimento (em função da depreciação dos ativos subsidiados), em resultado de ajustamentos nas vidas úteis de material circulante afeto à atividade operacional, especificamente do material da linha de Cascais, e a cedência de combustível a empresas do Grupo.

Outros gastos e perdas (nota 42)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Impostos	-226.571	-392.666
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis	-2.983.020	-936
Perdas em inventários	-187.330	-14.020
Restantes activos financeiros		
Investimentos não financeiros	-294.455	-546.390
Outros	-12.202.417	-2.925.960
Total	-15.893.793	-3.879.972

Para o aumento significativo desta rubrica contribuiu essencialmente o reconhecimento de dívidas incobráveis e a correção de gastos de exercícios anteriores, nomeadamente por via da atribuição de um desconto comercial de valor significativo no âmbito da formalização de acordo de regularização da dívida histórica com o Ministério da Defesa Nacional.

Aumentos/reduções justo valor (nota 43)

A rubrica de aumentos/reduções justo valor é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Perdas		
Instrumentos financeiros	-3.767.729	-12.608.394
Investimentos financeiros		
Propriedades de investimento		
Activos biológicos		
Ganhos		
Instrumentos financeiros		
Investimentos financeiros		
Propriedades de investimento		
Activos biológicos		
Total	-3.767.729	-12.608.394

	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
BNP Paribas	0	419.214
Deutsche Bank	-4.330.003	-3.194.190
JP Morgan	0	-7.812.439
Barclays	0	18.973.447
Citigroup	-2.246.667	-2.131.668
BES	-81.265.916	-86.080.316
BNP Paribas	-34.554.251	-40.131.039
RBS/ABN	-7.694.238	-6.016.393
Barclays	-5.090.149	-5.440.112
Citigroup	-	-
Total	-135.181.224	-131.413.496

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados resulta da valorização da carteira de derivados em 31 de dezembro 2012, comparativamente a igual período do ano anterior.

Gastos/reversões de depreciação e de amortização (nota 44)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Gastos		
Activos fixos tangíveis	72.779.798	84.271.190
Activos intangíveis	529.437	489.805
Reversões		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
	73.309.235	84.760.995

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 3. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade. Não houve necessidade de proceder a reversões de depreciações/amortizações em 2012.

Imparidade de investimentos depreciables e amortizáveis (nota 45)

A imparidade de investimentos depreciables reconhecida no exercício respeita essencialmente à rubrica de equipamento básico e resulta do seu valor líquido exceder o seu valor recuperável, apresentando os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Perdas		
Activos fixos tangíveis (a)	251.600	2.649.560
Reversões		
Activos fixos tangíveis b)	-237.024	-1.682.916
	14.576	966.644

(a) A variação registada face a 2011 deve-se, essencialmente, à transferência de material circulante para a rubrica de ativos não correntes detidos para venda.

b) A variação da rubrica reversões por imparidade deve-se à conclusão das reparações de material circulante acidentado, tendo-se verificado que o valor reconhecido como imparidade se revelou excessivo.

Juros e rendimentos similares obtidos (nota 46)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Juros obtidos	8.717.150	7.216.653
Dividendos obtidos	49.311	50.411
Outros rendimentos similares	0	4.624.000
Total	8.766.461	11.891.063

Para o valor de juros e rendimentos similares obtidos em 2012 destaca-se o contributo de 820 mil euros recebidos relativos a empréstimos concedidos a empresas subsidiárias e 7,8 milhões de euros que dizem respeito a juros de *swaps*.

Comparando com o período homólogo, verifica-se um decréscimo nesta rubrica no montante de 3,1 milhões de euros, justificados essencialmente pelo facto de em 2011 terem sido recebidos 4,6 milhões de euros, valor do *swap* resultante da liquidação do empréstimo AFLAC.

Em 2012, os juros registados relativos a operações de cobertura de taxa de juro (*swaps*) apresentam uma variação positiva comparando com o mesmo período do ano anterior em cerca de 1,1 milhões de euros.

A mesma variação positiva se verifica nos financiamentos concedidos a empresas subsidiárias, rubrica em que foram recebidos mais 320 mil euros do que em 2011, montante justificado essencialmente pelo acréscimo nos juros cobrados à subsidiária EMEF, juros estes que se cifraram em 2012 num total de cerca de 801 mil euros, mais 420 mil euros que no período homólogo anterior.

Juros e gastos similares suportados (nota 47)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Juros suportados	-185.517.153	-169.499.961
Outros gastos e perdas	-9.453.913	-18.563.439
Total	-194.971.066	-188.063.400

No exercício de 2012, a rubrica de juros e gastos similares suportados regista um total de 195 milhões de euros, mais 7 milhões de euros que no mesmo período do ano anterior.

Apesar do facto de em 2011 terem sido contabilizados cerca de 10 milhões de euros relativos a diferenças de câmbio desfavoráveis, valor que resultou da liquidação do empréstimo AFLAC e de em 2012 o mesmo não se ter verificado, a dívida acumulada ao longo dos anos continua a ter um grande impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, resultando num acréscimo em cerca de 16 milhões de euros na rubrica de juros suportados se compararmos com o mesmo período do exercício anterior.

A Empresa no decorrer do exercício em análise, alcançou uma diminuição nos juros suportados com operações de cobertura de taxa de juro (*swaps*) no montante de 14 milhões de euros, no entanto tal facto foi largamente compensado pela subida com os gastos em juros suportados com financiamentos bancários, rubrica esta que registou um agravamento em cerca de 38 milhões de euros.

Passivos contingentes (nota 48)

Não aplicável.

Ativos contingentes (nota 49)

Não aplicável.

Divulgação de partes relacionadas (nota 50)

A CP realiza frequentemente parte das suas atividades através de empresas associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos.

Com referência a 31 de dezembro de 2012, a estrutura acionista da Empresa (participações diretas), é a apresentada no quadro seguinte:

Participações	(Participação %)	
	31-12-2012	31-12-2011
EMEF, SA	100%	100%
CP CARGA, SA	100%	100%
FERNAVE, SA	100%	70%
FERGRÁFICA, SA	100%	100%
ECOSAÚDE, SA	100%	
TIP, ACE	33%	33%
SAROS,Lda	100%	100%

A CP detém também participação indirecta e controlo noutras empresas do Grupo por via da participação nas empresas acima referidas, nomeadamente:

EMEF Internacional, SA (detida em 95% pela EMEF e em 5% pela CP);

SIMEF, ACE (detida em 51% pela EMEF);

As transações entre partes relacionadas são apresentadas no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Vendas e prestações de serviço		
Subsidiárias		
EMEF, SA	6.001.935	5.830.065
CP CARGA, SA	31.430.729	29.105.537
FERNAVE, SA	134.806	319.906
FERGRÁFICA, SA	12.000	23.251
SAROS,Lda	40	0
ECOSAÚDE, SA	67.894	62.481
Associadas		
TIP, ACE	449.541	367.696
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	47.306	0
Total	38.144.251	35.708.936
Gastos		
Subsidiárias		
EMEF, SA	-28.247.521	-35.114.598
CP CARGA, SA	-558.161	-3.488.452
FERNAVE, SA	-436.398	-3.771.064
FERGRÁFICA, SA	-213	-71.481
SAROS,Lda	0	0
ECOSAÚDE, SA	-805.538	-974.255
Associadas		
TIP, ACE	-778.834	-125.805
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	-10.628.832	0
Total	-41.455.497	-43.545.655

(valores em euros)

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Investimento		
Subsidiárias		
EMEF, SA	20.669.177	11.285.234
CP CARGA, SA	43.930.280	0
FERNAVE, SA	642.051	686.000
FERGRÁFICA, SA	515.282	418.553
SAROS,Lda	0	0
ECOSAÚDE, SA	0	0
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	-718.721	-1.999.000
Total	65.038.069	10.390.787

Os saldos com partes relacionadas são, de igual modo, apresentados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Ativos		
Subsidiárias		
EMEF, SA	11.231.600	9.114.044
CP CARGA, SA	52.035.762	41.718.558
FERNAVE, SA	1.463.383	3.204.630
FERGRÁFICA, SA	1.079.016	577.963
SAROS,Lda	4	1.892
ECOSAÚDE, SA	272.834	61.167
Associadas		
TIP, ACE	328.930	610.276
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	8.045	6.510.616
EMEF INTERNACIONAL S.A.	0	0
Passivos		
Subsidiárias		
EMEF, SA	-5.771.866	-8.104.094
CP CARGA, SA	-392.033	-58.660
FERNAVE, SA	-56.266	-3.273.495
FERGRÁFICA, SA	-254	-21.721
SAROS,Lda	0	0
ECOSAÚDE, SA	-305.165	-230.716
Associadas		
TIP, ACE	-1.172.177	-217.755
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	-1.214.294	-961.452
Total ativo +passivo	57.507.518	48.931.252

Não foram efetuados em 2012 quaisquer ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com partes relacionadas.

Garantias e avales (nota 51)

Garantias e avales prestados pela CP a empresas do Grupo e associadas:

EMEF (cartas conforto)	6.987.979 €
EMEF (fiança)	5.687.500 €
Fernave (cartas conforto)	2.450.000 €
Fernave (garantia)	26.417 €
Otlis (Carta conforto)	200.000 €
CP Carga (Fiança)	18.700.000 €
CP Carga (Livrança)	60.750.000 €
CP Carga (Garantia)	34.285.000 €

Garantias prestadas a favor da CP:

Garantias e fianças prestadas à CP pelo Estado	856.808.981 €
Garantias e fianças bancárias prestadas à CP por entidades bancárias a favor de terceiros	1.249.577 €

Acontecimentos após a data do balanço (nota 52)

Salientam-se os seguintes factos relevantes ocorridos após o termo do exercício:

- Ocorrência do acidente ferroviário em Alfarelos;
- Ocorrência de acidentes ferroviários na linha de Cascais.

Não se encontram ainda identificadas as causas dos acidentes e responsabilidades decorrentes dos mesmos.

Técnico Oficial de Contas – Dr.ª Ana Coelho

Vice-presidente – Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal – Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal – Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal – Dr.ª Madalena Paixão de Sousa

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

*Calçada do Duque, n.º 20
1249-109 Lisboa
N.º Contribuinte: 500 498 601*

Conceção e Coordenação
*Direção de Contabilidade e Património
Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão*

Contactos: webmaster@cp.pt